

Revolta popular em Alagoas e no Brasil

GOLBERY LUIZ LESSA*



Manifestação no Centro de Maceió, em 23 de junho de 2013

A passeata popular de quinta-feira passada, 20 de junho de 2013, em Maceió, organizada pelo movimento Frente Pelo Passe Livre, foi o maior ato da história de Alagoas do ponto de vista quantitativo, mas não, naturalmente, em termos de consciência política. Não poderia ser diferente, pois 80% dos 20 mil participantes estavam experimentando fazer política nas ruas

pela primeira vez. Assim como no resto do país, a tônica mais visível do evento foi o fato de provocadores contratados insuflarem alguns grupos de manifestantes a colocar em prática a ideia fascista de negar o direito de livre expressão aos partidos políticos. Existiam também os manifestantes contrários ao conceito de partido, mas respeitadores da presença dessas

agregações na manifestação e na sociedade civil. Os dois grupos não devem ser confundidos. A recusa a não participar de um partido é, evidentemente, um direito constitucional; contudo, a tentativa de destruir essas organizações é uma atitude típica do fascismo.

Foi possível perceber que 80% da passeata foi composta por jovens (assalariados, estudantes e sem trabalho) de famílias proletárias. Tratou-se, demograficamente, de um ato da juventude sob a qual pesa mais forte a ineficiência e a mercantilização das políticas públicas, além de vários e torturantes estigmas étnicos, culturais e de gênero. Os 20% restantes eram pessoas da classe média, entre jovens e adultos, que sofrem menos com os defeitos dos serviços públicos, contudo, também estão descontentes com as várias instâncias de governo. Havia também um grupo pequeno, cerca de 100 pessoas, composto por militantes de partidos de esquerda com um papel fundamental na organização do evento.

Nas condições brasileiras e alagoanas atuais, os atos tenderiam a comportar dois níveis de consciência política: 1) o da revolta crua contra os partidos e gestores dos três níveis de governo (como todas as políticas públicas estão descentralizadas, a insatisfação popular atinge, simultaneamente, o prefeito, o governador, os vereadores, os deputados e os senadores); e 2) o da crítica muito mais complexa e mediada feita pelos partidos revolucionários que estão na oposição (PSTU, PCB, PSOL, PCR e PCO). Pela sua própria natureza, as diferenças entre os dois polos criaria, necessariamente, algum atrito, mas não um choque dramático.

O esperado estranhamento de parcelas da massa em relação às agregações partidárias citadas tornou-se um campo

fértil de apoio tácito a atitudes fascistas pelo fato de que a cooptação dos movimentos sociais e sindicatos efetivada pelos governos petistas têm dificultado, nos últimos dez anos, o contato dos partidos à sua esquerda com os trabalhadores e os jovens. Os casos da CUT e da UNE são emblemáticos. Outra variável decisiva responsável pelo choque entre a massa e os partidos revolucionários foi a cobertura da mídia baseada numa pretensa “positividade” do caráter apartidário dos protestos populares.

O momento atual da consciência da massa presente nas passeatas precisa ser analisado com rigor e abertura conceitual pela esquerda. Para contribuir nesse debate, desejo sublinhar a relação dos protestos populares dessa semana com duas variáveis: 1) os efeitos na consciência do povo da inflação e da corrosão do salário indireto representado pelas políticas públicas; e 2) os impactos no estado de espírito das massas da cooptação da maioria dos movimentos sociais e sindicatos pelos governos petistas. Após tratar desses fenômenos do ponto de vista do país, sublinharei brevemente as especificidades alagoanas.

As condições de vida estão sendo solapadas pelo aumento gradual da inflação (6,65% nos últimos 12 meses, que afeta principalmente os indivíduos não sindicalizados, a maioria dos trabalhadores) e pela multiplicação do acesso pago a bens públicos. Mesmo as camadas populares são obrigadas a investir em colégios particulares e planos de saúde, bem como a gastar muito de sua renda e seu tempo no péssimo transporte público (além de perder oportunidades de lazer e convivência social). A ampliação das vagas nas escolas e nas universidades

não tem sido acompanhada pela melhoria da assistência estudantil (tradicionalmente residual) e pelo aumento de empregos condizentes com uma maior escolaridade. A tendência de universalização do computador pessoal e do acesso à internet ocorre ao mesmo tempo em que o país continua a ter 50% da sua população em idade de trabalhar fora do mercado laboral. O caráter gigantesco desse exército produtivo de reserva é estrutural no capitalismo periférico. Enfim, os ganhos do salário mínimo e mesmo do salário médio pararam de crescer no governo Dilma Rousseff e as políticas públicas pioraram e foram, em grande medida, ainda mais mercantilizadas.

Como as políticas públicas funcionam como um salário indireto, pois o provimento estatal de bens fundamentais como saúde, segurança e educação desonera a renda monetária do trabalhador, a sua ineficiência ou mercantilização causa o efeito análogo ao da inflação no estilhaçar da percepção de que o capitalismo seria justo pelo fato de, presumivelmente, basear-se na justa troca de equivalentes econômicos. Mesmo que, devido à estabilidade monetária, o trabalhador imagine trocar oito horas de trabalho por oito horas em salário, essa sensação se esvai caso as políticas públicas não funcionem satisfatoriamente, pois esse fato onera diretamente a renda, criando a sensação de que se está recebendo menos do que se oferece em força de trabalho. No limite, a revolta contra essa assimetria tem a potencialidade de destruir o manto fetichista que encobre a Ordem capitalista e o Estado.

A percepção desse fenômeno ajuda a entender o apelo popular da luta contra os aumentos da tarifa do transporte público e porque ela termina por transformar-se numa pugna pela

melhoria de todas as outras políticas públicas. Como estas são providas pelo Estado, os embates pela sua melhoria tem uma potencialidade maior de virar uma luta imediatamente política do que a luta sindical, que se restringe ao universo do trabalho e à população com empregos mais perenes e formais.

A segunda variável citada, a cooptação dos movimentos sociais e sindicatos pelos governos petistas, é ainda mais importante para a explicação da radicalidade e da extensão da revolta popular nos últimos dias. Os governos petistas sequestraram a maioria das lideranças populares capazes de fazer a mediação entre a insatisfação das massas e o sistema partidário. A CUT, a UNE e o MST, por exemplo, passaram a expressar apenas os interesses do governo federal, submeteram suas ações à estratégia política do PT, sintetizada na expressão “mudança sem ruptura”, outro nome para uma evidente aceitação do *status quo* neoliberal.

Como os partidos à esquerda do PT e de oposição (PCB, PSTU, PSOL, PCR e PCO, para citar as organizações mais conhecidas) ainda não se enraizaram na massa devido à hegemonia petista e como os partidos de direita não têm mediadores capazes e interessados em recolher a insatisfação popular e canalizá-la de modo permanente para o sistema partidário e as instituições de democracia formal, criou-se um vazio entre as demandas do povo e o sistema de representação política. A força vulcânica dos protestos nas ruas nasce justamente do cruzamento entre demandas sociais radicalmente reprimidas e falta de mediação entre elas e o sistema partidário. Isso tem determinado a falta de programa dos protestos e o surgimento da utopia de que é possível direcioná-lo de modo horizontal. Esse fenômeno não é um

traço inevitável da sociedade contemporânea, como vários analistas estão dizendo, mas apenas o resultado da integração à Ordem dos grandes partidos de esquerda a partir do fim da URSS.

O repúdio às bandeiras dos partidos de esquerda do PT resultou do descrédito contra os partidos no poder e da falta de contato com qualquer partido, não de uma repulsa específica àquelas agremiações. Isso explica porque os grupos fascistas e os provocadores da polícia não foram repudiados pela massa. Parte importante das pessoas que apoiaram o rechaço fascista às bandeiras confundiu os outros partidos, cujas bandeiras também são vermelhas, com o PT. Fui um dos que portavam a bandeira vermelha do PCB na passeata de Maceió e não ouvi xingamentos especificamente anticomunistas. Esse detalhe é importante para perscrutarmos o momento político no qual as mesmas bandeiras rechaçadas serão aceitas por todos e aceitas na liderança das manifestações.

Para refletirmos de modo mais sóbrio sobre o próximo passo, é importante não exagerarmos a dimensão do episódio das bandeiras. Os partidos de esquerda não estão, pelo menos nesse momento imediato, sob o perigo de terem suas sedes invadidas e seus militantes presos. A própria dimensão gigantesca das manifestações é capaz de impedir que os grupos de direita tomem uma atitude fascista radical, pois seria dar um salto para uma ditadura, o que poderia ser rejeitado instintivamente pela massa da população. Assim, não faz sentido focar em um chamado cívico ao sentimento liberal-democrata difuso em defesa dos partidos de esquerda. O liberalismo no Brasil é extremamente conservador, pois expressa uma burguesia incapaz de fazer concessões

econômicas e política às massas. Não faz sentido solicitar a esse liberalismo que garanta a existência dos partidos de esquerda. Os liberais silenciaram e já estão construindo as barricadas da Ordem. A legalidade estabelecida só poderá ser mantida se pressionada por uma nova legalidade nascida da relação entre partidos de esquerda e a massa da população. Isso tenderá a correr se forem sendo criados conselhos populares, parlamentos paralelos nascidos em cada cidade e unidade federativa nos quais sejam aglutinadas as tendências progressistas e de esquerda existentes no seio da população. É um aparente paradoxo: a legalidade formalmente democrática atual terá mais condições de ser mantida por meio da convivência de uma legalidade que tenha potencialidade de ultrapassá-la.

Nesse contexto, a esquerda que está na oposição precisa evitar qualquer aliança com a direção do PT ou com o governo. A direção do PT e os governos petistas estão claramente na direita desde 2002, atitude aprofundada no presente governo federal. Não há qualquer possibilidade de autocrítica entre os petistas majoritários. Por outro lado, Dilma foi à direita demais para adernar à esquerda sem desencadear uma tentativa de golpe de direita, que seria apoiado por vários setores da classe média tradicional. Portanto, Dilma e a direção do PT tenderão a ir cada vez mais para a direita, inclusive até o Estado de Sítio e a militarização da política.

Um caminho para a esquerda seria, portanto, continuar nas ruas e disputar a liderança dos protestos de massa, procurando canalizá-lo para a formação de conselhos populares capazes de defender a democracia formal e as reivindicações dos trabalhadores e dos

segmentos progressistas da classe média, até que as circunstâncias fossem mais favoráveis para a colocação da proposta de superação da sociedade capitalista. Nesse furacão nacional, as especificidades políticas alagoanas e de qualquer outra unidade federativa tendem a ser apagadas, mesmo não desaparecendo. É claro que essas especificidades têm forte impacto na operacionalização de cada ato político, contudo, não é relevante fazermos, neste momento, projeções dos impactos

políticos da atual onda de protestos com o momento posterior da política alagoana, principalmente porque, em algum tempo, o Brasil inteiro pode ser completamente outro. Na presente conjuntura política, o alagoano diluiu-se no brasileiro e o brasileiro na humanidade oprimida.

Recebido em 2013-07-02
Publicado em 2013-07-06



* **GOLBERY LUIZ LESSA** é Doutor em Ciências Sociais (Unicamp), Especialista em Política Pública e Gestão Governamental (EPPGG) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).